

ENSAIO SOBRE CORPOS PERIFÉRICOS NA PANDEMIA DAS DESIGUALDADES NA BAIXADA FLUMINENSE-RJ

Flávia da Silva Souza¹

Djalma Navarro dos Santos²

Resumo. Em vista das desigualdades geográficas que são, social e historicamente, intensificadas nas ditas periferias, os corpos periféricos vêm sofrendo com os desafios que surgem com a pandemia. Temos por objetivo geral explicar a conjuntura desigual que incorpora e inclui permanentemente as periferias e seus corpos no cerne das dissimetrias promovidas pelo vírus da Covid-19. Por primeiro objetivo específico, pretendemos elucidar as questões de raça e classe – a partir de uma análise simultânea e relacional dos corpos periféricos- e da Baixada Fluminense, onde as condições são intensificadas pelo vírus; por segundo, buscaremos compreender a desigualdade de um território, que é dado como fator de avanço da Covid-19 e como o ordenamento territorial acaba por impulsionar disparidades entre os lugares. O desdobramento se realizará com levantamento teórico e análise de dados secundários, evidenciando a má distribuição dos equipamentos de saúde e as desigualdades socioeconômicas, e geográficas, que insere a população na vulnerabilidade.

Palavras-chave: Periferia; Baixada Fluminense; Desigualdades; Covid-19; Corpos Periféricos.

ESSAY ON PERIPHERALS BODIES IN THE INEQUALITY PANDEMIC IN BAIXADA FLUMINENSE-RJ

Abstract. In view of the geographical inequalities that are, socially and historically, intensified in the said peripheries, the peripheral bodies have been suffering from the challenges arise with the pandemic. Our general objective is to explain the uneven conjuncture that incorporates and permanently includes the peripheries and their bodies at the heart of the dissymmetry promoted by the Covid-19 virus. For the first specific objective, we intend to elucidate the issues of race and class - from a simultaneous and relational analysis of the peripheral bodies - and the Baixada Fluminense, where conditions are intensified by the virus; second, we will try to understand the inequality of a territory, which is given as a factor for the advancement of Covid-19 and how the territorial ordering ends up driving disparities between places. The development will be carried out with theoretical survey and analysis of secondary data, showing the poor distribution of health equipment and socioeconomic, and geographical inequalities, which place the population in vulnerability.

¹ Bolsista CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) de Doutorado do Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail: flaviasouza1993@gmail.com

²Licenciado em Geografia pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e Professor da Rede Municipal de Educação de São Paulo. E-mail:djalmanavarrodossantos@gmail.com

Keywords: Periphery; Baixada Fluminense; Inequality; Covid-19; Bodies Peripherals.

PRUEBAS DE CUERPOS PERIFÉRICOS EN LA PANDEMIA DE DESIGUALDADES EN EL BAIXADA FLUMINENSE-RJ

Resumen. En vista de las desigualdades geográficas que se están intensificando social e históricamente en dichas periferias, los cuerpos periféricos vienen sufriendo los desafíos que se presentan con la pandemia. Nuestro objetivo general es explicar la coyuntura desigual que incorpora e incluye permanentemente a las periferias y sus cuerpos en el duramen de la disimetría promovida por el virus Covid-19. Para el primer objetivo específico, pretendemos dilucidar las cuestiones de raza y clase -a partir de un análisis simultáneo y relacional de los cuerpos periféricos- y la Baixada Fluminense, donde las condiciones se intensifican por el virus; en segundo lugar, trataremos de comprender la desigualdad de un territorio, que se da como factor de avance del Covid-19 y cómo el ordenamiento territorial acaba impulsando disparidades entre lugares. El desarrollo se realizará con relevamiento teórico y análisis de datos secundarios, mostrando la mala distribución del equipamiento de salud y las desigualdades socioeconómicas y geográficas, que colocan a la población en situación de vulnerabilidad.

Palabras clave: Periferia; Baixada Fluminense; Desigualdades; Covid-19; Cuerpos Periféricos.

Introdução

Progressivamente, novas e pretéritas desigualdades vão se aprofundando nos lugares que foram historicamente determinados por periféricos, dentro de uma lógica que reduz os sentidos mais afetivos e culturais de se viver nas periferias da Baixada Fluminense³, caracterizando o “lugar do outro” como o espaço não central/centralizado, intitulado-o como marginal nas dimensões sociais, econômicas e culturais.

Isso faz parte de uma lógica externa à dita periferia que vem de uma estruturação (política, econômica e social) relacional, e dual, de centro *versus* periferia em uma construção de lugar periférico como algo pejorativo e que está a margem, mas é de conhecimento que, para aqueles que realizam a vida nesses espaços, a centralidade está no acontecer cotidiano. Também podemos perceber que, no real, o que é intitulado por

³ Uma miríade de produções acadêmicas utiliza diferentes referenciais para compor o raciocínio acerca do que seria a Baixada Fluminense. Assim, sobre nossa perspectiva analítica, compreendemos que tal região é composta pelos municípios de Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaguaí, Japeri, Magé, Mesquita, Nova Iguaçu, Nilópolis, Paracambi, Queimados e Seropédica, no Estado do Rio de Janeiro. Além desta, também compreendemos que a organização e características entre as cidades podem apresentar componentes que as diferenciam entre si.

central está ligado à centralidade de oportunidades e privilégios em dado espaço e para determinada parcela da população que é abastada.

Todavia, são essas mesmas periferias que a todo momento são obrigadas a se reinventar para sobreviver em meio da condição marginal que foram historicamente situadas no mundo. Agora, veem emergindo outros desafios com a “*Corona Virus Disease*” (Covid-19)⁴ atuando perversamente nas ditas periferias e nos corpos considerados periféricos.

Em vista da atual situação em que o mundo e o nosso país se encontram, é válido dizer que “nossas” desigualdades (não por escolha, mas imposição) vão sendo ainda mais intensificadas a níveis extremos, onde a escala do corpo e do território nos revelam quem serão os mais afetados pela Covid-19 e pelo descaso governamental para combater a pandemia e as desigualdades nas periferias.

É válido ressaltar que a questão do “corpo” e da “periferia” sempre será tratada no presente texto no plural, pois é uma forma de marcar criticamente a multiplicidade dos corpos (seja no sentido mais físico-biológico, seja no sentido mais cultural e racial que tais corpos representam no território da Baixada Fluminense) e das múltiplas e singulares periferias que há na Baixada Fluminense, sendo, assim, uma forma de contrapor a visão que tenta constantemente homogeneizar os lugares e o cotidiano.

No presente artigo, apresentamos uma proposta analítica acerca do corpo presente nas periferias, o corpo nulo, como o contraponto dos corpos das centralidades, o que denominaremos de corpos periféricos. O que seria tal proposição? Seria compreender como os corpos postos a margem de um território são direcionados a uma existência em condição de invisibilidade e de precarização em um dado quadro de inclusão parcial⁵. Assim, o corpo com o *status* periférico é considerado nulo e minimizado pelos agentes estatais, diante de suas emergências apresentadas na porção do território ou do lugar vivido, visto que o corpo nulo é o corpo do pósteros, já que dito sujeito, nesta lógica, não é dotado de rosto, sangue, suor e identidade.

⁴ Sigla que denomina “*CO*rona *VI*rus *D*isease” (doença do Coronavírus), e o “19” nos remete ao ano de 2019, quando os primeiros casos em Wuhan, na China, foram divulgados publicamente pelo governo chinês no fim de dezembro (FIOCRUZ, 2020).

⁵ Neste ensaio, adotamos o conceito de inclusão parcial como uma antítese a exclusão, visto que tal termo não traz ao argumento a precisão epistemológica buscada.

O território é fomentado em nossa discussão a partir da compreensão de seu sentido como território político, pois está conectado à possibilidade de entendimento do papel do Estado na apreensão dessa parcela, assim como as das proposições de Haesbaert (2014, p. 40), onde a vertente política

[...] (referida às relações espaço-poder em geral) ou jurídico-política (relativa também a todas as relações espaço-poder institucionalizadas): a mais difundida, onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes- mas não exclusivamente- relacionado ao poder político do Estado.

Porém, o sentido político utilizado neste ensaio para a análise do território está centralizado no Estado como agente que propicia a desigualdade territorial, principalmente utilizando o ordenamento territorial como ferramenta das ausências, negligências e deixando evidentes as emergências.

Temos por objetivo maior explicar a conjuntura desigual que incorpora e inclui, em situação permanente, as periferias e seus corpos periféricos no centro das desigualdades territoriais provocadas e intensificadas pelo vírus da Covid-19.

Por primeiro objetivo, iremos elucidar as condições de raça e classe – a partir de uma análise simultânea e relacional dos corpos periféricos-, e das periferias da Baixada Fluminense, onde as condições adversas (moradia, trabalho, renda, entre outras) insere- os no acontecer dos problemas aprofundados pela Covid-19 na Baixada Fluminense.

Por segundo objetivo, buscaremos compreender a desigualdade “geografizada” a partir de um território que é dado como fator de avanço da Covid-19 e como o ordenamento territorial a partir distribuição heterogênea desequilibrada dos estabelecimentos de saúde aprofunda a desigualdade entre os lugares.

Aqui, nos focaremos em discorrer sobre as urgências, negligências e ausências que colocam em risco a sobrevivência das periferias e dos corpos periféricos. Nosso caminho metodológico será realizado por meio do levantamento e leitura de autores que discutem sobre a temática da discussão aqui apresentada e de dados secundários sobre a situação da Baixada Fluminense no contexto da pandemia de Covid-19. Buscando evidenciar uma breve contribuição ao debate a partir da ciência geográfica.

“Os corpos em contexto periférico”: urgências e negligências na Baixada Fluminense

Em vista das necessidades e fatores que nos conduzem a observar o desdobramento histórico e da Covid-19 na Baixada Fluminense, observamos que há importantes questões que diferenciam os “espaços luminosos” dos “espaços opacos” (SANTOS, 2012). Nesse ponto, podemos destacar classe e raça em uma análise simultânea e relacional a partir dos corpos na condição periféricas.

Afinal, quem são e quais são os corpos mais afetados pelo novo coronavírus, causados pela Covid-19, no espaço-tempo aqui analisado?

De acordo com estudos recentes sobre a situação da Covid-19 na Baixada Fluminense, Rocha (2020) nos evidencia em seu levantamento, a partir de dados da Secretaria Estadual de Saúde do Rio de Janeiro que, no período de 11 de março e 24 de abril de 2020, que foi possível identificar o perfil etário dos infectados por Covid-19 nos municípios de Nova Iguaçu e Duque de Caxias, nos quais os mais afetados estão entre as faixas etárias de 30 (trinta) a 59 (cinquenta e nove) anos, que são os mesmos que fazem parte da População Econômica Ativa (PEA), ou seja, a *classe-que-vive-do-trabalho* (ANTUNES, 2005).

O parágrafo anterior revela que a relação trabalho e renda é um dos fatores preponderantes para a propagação do vírus em dois dos maiores e mais populosos municípios da Baixada Fluminense que foram analisados por Rocha (2020). A disseminação do vírus tem ocorrido nas centralidades de ambos os municípios e está se alastrando para os bairros que compõem as franjas das cidades, também se dando em razão da manutenção dos hábitos cotidianos e da sociabilidade periférica (ROCHA, 2020).

O trabalho informal e os subempregos também contribuem no processo de disseminação do vírus nessa classe-que-vive-do-trabalho adulta, onde muitos não podem optar pelo isolamento por conta da ausência garantia de direitos trabalhistas e/ou pelo fato da composição da renda ser realizada pelo “dia trabalhado” (o que também ocasiona na maior possibilidade de contaminação dos demais integrantes das famílias).

Há uma realidade empregatícia informal e precária na Baixada Fluminense, pois, de acordo com os dados da Casa Fluminense (por sua vez baseado nos dados do Censo de 2010), a Baixada Fluminense possui número significativo de municípios que possuem

grande quantitativo de pessoas que trabalham sem registro formal. O território fluminense possui quatro municípios (Seropédica, Magé, Guapimirim e Japeri) dos setes que compõem os piores indicadores do Região Metropolitana do Rio de Janeiro (CASA FLUMINENSE, 2017).

E isso se agrava ainda mais com o aumento alarmante do número de desempregados e de trabalhadores sem vínculo formal nos últimos anos, o que também advém do crescente discurso de “empreendedorismo” propagado pelos agentes públicos e pelo setor econômico que, na verdade, deriva de uma lógica neoliberal onde “[...] o sucesso e fracasso individuais são interpretados em termos de virtudes empreendedoras ou de falhas pessoais [...], em vez de atribuídos a alguma propriedade sistêmica” (HARVEY, 2005, p. 76) - mascarando, assim, os alarmantes índices de subempregos e de desempregados no país.

Continuando o raciocínio do parágrafo anterior, os mesmos corpos periféricos que majoritariamente sofrem com a falta de emprego (e oportunidades) no contexto da Baixada Fluminense, também, são representados pelos negros que são colocados em condições de trabalho que não os possibilita ter o “direito de quarentena” (pertencente também a uma classe pobre e trabalhadora) assegurado, pois lhes são colocados a todo instante que morrer de Covid-19 é uma possibilidade, mas morrer de fome não pode ser uma certeza.

A partir de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2015), podemos afirmar que as condições de vida mais precárias de trabalho acabam sendo impostas à população negra que, com isso, acaba ocupando os espaços “periféricos de oportunidades” e mais desiguais, mesmo em país como o Brasil que possui a maioria da população negra (cerca de 54%) (AGÊNCIA BRASIL, 2016).

Segundo Mbembe (2016, p. 130), “qualquer relato histórico do surgimento do terror moderno precisa tratar da escravidão, que pode ser considerada uma das primeiras instâncias da experimentação biopolítica”. Pois, o mesmo ainda advoga que

De fato, a condição de escravo resulta de uma tripla perda: perda de um “lar”, perda de direitos sobre seu corpo e perda de status político. Essa perda tripla equivale a dominação absoluta, alienação ao nascer e morte social (expulsão da humanidade de modo geral). Para nos certificarmos, como estrutura político-jurídica, a fazenda é o espaço em que o escravo pertence a um mestre.

Não é uma comunidade porque, por definição, implicaria o exercício do poder de expressão e pensamento (MBEMBE, 2016, p. 131).

A partir mais dos dados analisados pelo IBGE (2015), entre 2005 e 2015, constatou-se que entre os mais pobres, três em cada quatro pessoas são negras. Os negros estão nos maiores índices de negações, pois são os que mais compõem taxas de analfabetismo (negação de educação), taxas de homicídios entre jovens (negação da vida), de pessoas na linha da pobreza (negação de condições dignas), entre outros⁶.

Porém, são nas situações extremas como a que vivemos no país onde observamos ainda mais a necessidade de um Estado provedor de recursos e meios de sobrevivência para os menos abastados, com ações mais incisivas para garantir a manutenção dos direitos à sociedade em tempos de pandemia.

As negações de direitos e recursos para os corpos periféricos nos conduz a entender que as ausências são intencionais, pois o “não fazer” é também uma forma de posicionamento político-ideológico do Estado e dos governantes em qualquer esfera administrativa. Em outros termos, a negligência para com as periferias acaba sendo posta para a população como uma política de Estado, que desconsidera as necessidades dos territórios periféricos. Segundo Santos (2014, p. 139),

O valor do indivíduo depende, em larga escala, do lugar onde está, já vimos. Em nosso país, o acesso aos bens e serviços essenciais, públicos e até mesmo privados é tão diferencial e contrastante, que uma grande maioria dos brasileiros, no campo ou na cidade, acaba sendo privada desses bem de serviços. Às vezes, tais bens e serviços simplesmente não existem na área, às vezes não podem ser alcançados por questão de tempo e dinheiro.

Há muito tempo, os corpos periféricos são deixados à própria sorte pelos agentes e políticas governamentais: os mais vulneráveis se colocam em risco para conseguir viver em meio ao caos que é sobreviver sem os recursos básicos na “normalidade periférica perversa”⁷ – além da intensificação de outros problemas devido a pandemia.

[...] Os impactos econômicos e sociais são filtrados através de discriminações “costumeiras” que são evidentes em todos os lugares. Para começar, a força de trabalho que se espera que cuide dos números crescentes de doentes é

⁶Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf>. Acesso em: 11 Jun. 2020.

⁷ É o sentido de normalidade que é imposto aos territórios periféricos por meio de condições adversas do cotidiano, onde os corpos na condição de periféricos são obrigados a se reinventarem constantemente devido as limitações, negação de direitos, recursos, dignidade, entre outras ausências mais.

tipicamente altamente sexista, racializada e etnizada na maioria das partes do mundo. Ela reflete a força de trabalho baseada na classe que se encontra, por exemplo, em aeroportos e outros setores logísticos. Esta “nova classe trabalhadora” está na vanguarda e suporta o peso de ser a força de trabalho que corre maior risco de contrair o vírus através de seus empregos ou de ser demitida injustamente por causa da retratação econômica imposta ao vírus. Há, por exemplo, a questão de quem pode e quem não pode trabalhar em casa. Isto agrava a divisão social, assim, como a questão de quem pode se isolar ou ficar de quarentena (com ou sem remuneração) em caso de contato e infecção (HARVEY, 2020, p. 21).

Ao apontarmos as características raciais e a classe pertencentes dos corpos periféricos, conseguimos delimitar as negações que esses corpos sofrem no cotidiano e historicamente. Falta de oportunidades, falta de condições materiais para a sobrevivência, falta dos meios necessários para a realização da vida de modo digno, entre outras ausências. Além disso, pretende-se fazer os mais pobres acreditarem que, em uma situação pandêmica, as condições de sobrevivência dos mais vulneráveis seriam “igualitárias”, chegando a afirmar que “a Covid-19 é uma doença democrática”.

Segundo Santos (2014, p. 151), “há desigualdades sociais que são, em primeiro lugar, desigualdades territoriais, porque derivam do lugar onde cada qual se encontra”. Ainda segundo o autor, “seu tratamento não pode ser alheio às realidades territoriais [...] o cidadão é o indivíduo num lugar”, onde o Estado só pode ser considerado democrático ao passo que exista a plena ideia de todos como entes iguais, independente do seu lugar no mundo (Idem).

Todavia, sempre soubemos pelo nosso passado (e até abstrato futuro) que estamos longe de ter bases políticas e sociais democráticas, pois a fome, o desemprego, a mobilidade caótica, os empregos precários, a renda insuficiente, a falta de habitabilidade e os meios “precarizados”⁸ colocam os corpos periféricos em constante vulnerabilidade a todo e qualquer tipo de padecimento.

Quando analisamos a escala do corpo, não podemos isolar o ser do mundo, pois os fatores externos também condicionam os corpos e influencia a vida cotidiana. Casa, meio de transporte, condições de trabalho, dentre outros fatores, colocam em risco a saúde física e mental, pois a falta ou má condição de deslocamento, alimentação e

⁸ A partir de intensas e duras ações realizadas pelos agentes que gerenciam as políticas públicas.

salubridade domiciliar também insere os corpos periféricos nas estatísticas do aumento de números de casos confirmados e de óbitos pela Covid-19.

Os espaços centrais estão se isolando com sua “dignidade assegurada” e com o maior número de vidas preservadas pelo poder de consumo dos equipamentos privados de saúde. Mas a perda de emprego, perda de direitos e o crescente aumento do número de novos casos e óbitos confirmados foi o que restou para as periferias. Não sabemos se vamos nos recuperar de tudo que está acontecendo em nosso território ultra desigual, pois chegamos ao nível quase que inimaginável da barbárie em território periférico.

Se valorizar os corpos periféricos vivos em uma pandemia parece ainda uma grande questão, a quantidade dos corpos mortos que foram vítimas da doença não está sendo vista como um problema – a violência cotidiana já nos revelou qual é o procedimento realizado nestes casos onde a vida do corpo periférico chega ao fim.

“[...] o corpo se configura no irredutível. E é justamente por este corpo, aprisionado e transfigurado, que o vivido se coloca como a resistência. O estado de guerra torna-se permanente, e justamente contra a insurgência potencial (SILVA, 2017, p. 20).

Davis (2019) nos revela que há uma crise desigual: mesmo que o autor tenha analisado o contexto pandêmico sob o prisma norte-americano, podemos reconhecer alguns dos mesmos desafios de desigualdade, com o agravamento de nossas pretéritas condições que ajudam na manutenção e na permanência da Covid-19 em território brasileiro.

“[...] Aqueles com bons planos de saúde que também podem trabalhar e ensinar de casa estão confortavelmente isolados, desde que sigam salvaguardas prudentes. Os funcionários públicos e outros grupos de trabalhadores sindicalizados com cobertura decente terão de fazer escolhas difíceis entre renda e proteção. Enquanto isso, milhões de trabalhadores com baixos salários, trabalhadores rurais, desempregados e sem teto estão sendo jogados aos lobos (DAVIS, 2019, p. 9).

Os fluxos internacionais das classes mais abastadas⁹ custaram e custarão muito caro às famílias afetadas pela Covid-19 e, de fato, o vírus ficará de encargo para as

⁹ Está afirmação se dá a partir do contexto de quem são as pessoas que são capazes de arcar financeiramente com viagens internacionais com a alta do dólar. Pois, certamente podemos prever e dizer que os mais pobres sempre foram negados de recursos financeiros para transitarem em outros lugares e outras culturas “alheias”.

periferias e para os mais vulneráveis. Em matéria de valor, no sentido quantificável, há muito tempo que os corpos periféricos são considerados nulos – quase que inanimados de vida, valor e existência -, pois foi/é imposto por uma herança colonial e racista.

Que as metrópoles brasileiras em geral representam de modo particular as vicissitudes da decomposição do tecido sócio-político moderno, é um fato que se manifesta nas escandalosas taxas de homicídio (oficialmente contabilizadas), sobretudo em comparação com outras regiões “oficialmente” declaradas “zonas de guerra” mundo afora. Em um país campeão mundial de assassinatos por armas de fogo, onde quase 60 mil vidas são sistematicamente dizimadas anualmente, e sempre com tendência ao crescimento, sobretudo desde o “ingresso” do território brasileiro à moderna e complexa trama do narcotráfico em escala global, chega a parecer uma piada de péssimo gosto que “mais repressão”, “mais cadeias” e “pena de morte” sejam bandeiras levantadas por significativas parcelas de uma sociedade que carrega suas chagas escravistas coloniais no “pós-moderno” século 21 (SILVA, 2017, p. 15).

A pandemia da Covid-19, anunciada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), em 11 de março de 2020, ressalta ainda mais que, para as periferias e para os corpos periféricos, não há paz e assistência digna em nenhuma situação, quiçá direitos sociais como política de assistência social de sobrevivência dos corpos que estão sofrendo com consequências devastadoras e nefastas.

Adentrando brevemente no auxílio emergencial do Governo Federal¹⁰, que coloca em *locus* as urgências de quem tem fome e quem está implorando para sobreviver, podemos destacar inúmeras pessoas que solicitaram o “benefício” (lê-se direito): ao todo, foram mais de 96 (noventa e seis) milhões de cadastros processados pela Dataprev (Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência), onde 50,52 milhões já foram analisados e enviados à Caixa Econômica Federal; 32,77 milhões de cadastros foram reprovados e estão inelegíveis para receber o auxílio; e 13,67 milhões estão classificados como inconclusivos¹¹.

¹⁰ “O Auxílio Emergencial é um benefício financeiro destinado aos trabalhadores informais, microempreendedores individuais (MEI), autônomos e desempregados, e tem por objetivo fornecer proteção emergencial no período de enfrentamento à crise causada pela pandemia do Coronavírus. O benefício no valor de R\$ 600,00 será pago por três meses, para até duas pessoas da mesma família. Para as famílias em que a mulher seja a única responsável pelas despesas da casa, o valor pago mensalmente será de R\$1.200,00” (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2020).

¹¹ Auxílio Emergencial: de 96,9 milhões de cadastros processados pela Dataprev, 50,5 milhões foram aprovados (G1 NOTÍCIAS, 2020).

Ainda, cerca de 46,44 milhões de cadastros não obtiveram o auxílio¹² e inúmeras pessoas não podem solicitar por falta de meios técnicos para a operação de cadastramento e acesso. Isso nos revela que quem menos possui comprovação de registro, documentação e aparatos técnicos (por falta de recursos financeiros) são os mesmos que podem não ter a garantia dos seus próprios direitos.

Iremos apontar brevemente alguns elementos para refletir acerca da questão do morar nos territórios periféricos, cotidiano e alguns outros fatores que estão relacionados com a dinâmica que insere ainda mais os corpos periféricos no centro do acontecer da pandemia.

Sobre as residências, habitabilidade e as condições do morar, podemos dizer que os municípios da Baixada Fluminense não são capazes de sequer comportar a “normalidade periférica perversa”, o que nos leva a reconhecer a complexificação do problema com a Covid-19, visto que a região é marcada pelas contradições do morar e por um histórico de ausências de promoção habitacional.

Há casas em áreas insalubres e propícias para a rápida propagação de doenças em locais sem saneamento adequado. Sendo assim, infelizmente, falar em isolamento social para uma parcela da população que já sofre com as condições de trabalho torna-se um discurso que desconsidera a realidade dita periférica por diversas razões: casa com espaço insuficiente para manutenção de saúde/higiene; a falta de recursos básicos (água, esgoto e saneamento) e espaço residencial limitado devido ao número de moradores e cômodos restritos¹³.

Também observamos o desafio dos conjuntos habitacionais do Programa “Minha Casa Minha Vida” na Baixada Fluminense, pois o território fluminense contém número bem representativo de conjuntos que se encontram com habitabilidade parcelar, casas com métrica restrita e localização distante dos aparatos de saúde pública (ver mais em

¹² É válido destacar que inúmeras pessoas podem ter recebido o auxílio, ou mesmo negadas por não estarem necessitando financeiramente e por não se enquadrarem nas condições impostas pelo Governo Federal. Porém, em um país desigual como o Brasil, onde mais de 50 milhões de brasileiros vivem na linha da pobreza segundo o IBGE (2017), os mais pobres são a maioria da população e historicamente sempre carregaram o ônus da exclusão das políticas públicas por falta de meios e mecanismos de verificação das necessidades socioeconômicas (AGÊNCIA BRASIL, 2017).

¹³ Segundo o IBGE (2015), pessoas negras e pardas têm mais probabilidade de viver em lares em condições precárias, sem acesso simultâneo a água, esgoto, e coleta de lixo, em relação a população que se declara branca.

SOUZA, 2019). Isso nos situa em uma delicada problemática que é intrínseca à relação forma-qualidade residencial com o corpo, sua situação socioeconômica e relacional à Covid-19.

Logo, a forma da casa pode não conseguir conter as necessidades provindas do isolamento social, e os espaços de habitabilidade do entorno das casas não conseguem suprir meios de manutenção da vida dos corpos periféricos (oferta de equipamentos de saúde).

A forma da casa e as questões voltadas ao trabalho e renda dão a tônica para refletirmos também sobre a questão alimentar dos corpos periféricos. O parco salário, jornadas extensas de trabalho e mobilidade urbana caótica que promove maior tempo no trânsito (causando estresse) influenciam no sistema imunológico¹⁴ do corpo.

A rotina de labor dos trabalhadores em condições adversas coloca em risco a imunidade, a questão socioeconômica desigual também agrava e condiciona os negros a serem os maiores afetados pela Covid-19 no país¹⁵. São inúmeros os fatores que inserem os corpos periféricos na fome ou no *déficit* nutricional: na maioria das vezes, os trabalhadores se veem obrigados a recorrerem a refeições rápidas e baratas realizadas na rua entre o tempo do trabalho e dedicado à mobilidade – isso quando se pode pagar.

Em uma sociedade na qual a sobrevivência (elementar para os mais pobres e ampliada para aqueles que têm maiores rendimentos) caracteriza a vida cotidiana da imensa maioria da população, prevalece a alienação de práticas alimentares (RIBEIRO JUNIOR, 2015, p. 222).

Acerca da alienação das práticas alimentares dos trabalhadores, Ribeiro Junior (2015, pp. 146-147) disserta sobre a massificação dos restaurantes *fast-food*, onde é

¹⁴ “São vários os fatores capazes de modificar o comportamento do sistema imunológico, como a idade, os fatores genéticos, metabólicos, ambientais, anatômicos, fisiológicos, nutricionais e microbiológicos. Nos indivíduos mais jovens e nos idosos é observada uma maior suscetibilidade às infecções, que está relacionada com a capacidade imunológica limitada [...]. Mas além disso, os fatores genéticos são importantes na eficácia da resposta imunológica e demonstraram estar relacionados em determinados níveis de suscetibilidade a certas infecções na população” (MARTÍNEZ e ALVAREZ-MON, 1999, p. 4).

¹⁵ Dados do Ministério da Saúde revelaram no dia (10/4) que apesar da Covid-19 matar mais brancos, o vírus é mais letal entre pretos e pardos. 23,1% dos hospitalizados com Síndrome Respiratória Aguda Grave são pretos e pardos, mas eles chegam a representar 32,8% das vítimas de Covid-19. Já com os brancos, a situação é oposta e o número de mortos é menor que o de hospitalizados. Eles representam 73,9% dos hospitalizados e 64,5% das vítimas (CORREIO BRASILIENSE, 2020).

possível afirmar que o modo como é consumido e o que é consumido atinge uma parcela muito ampla da população.

O autor também diz, no entanto, que também é necessário reconhecer que aqueles que precisam de ajuda para se alimentar não são sequer tratados como consumidores. Aqui, prevalece a situação limite, revelando que os usuários dos restaurantes populares não podem sequer escolher o que vão comer nem sabem suas próprias necessidades alimentares e saúde (Idem).

A má alimentação é um importante fator em tempos de Covid-19, pois ela pode estar associada a algum tipo de comorbidade (diabetes, hipertensão, entre outras doenças), o que acarreta maior risco e vulnerabilidade imunológica ao estágio grave do vírus (e maior necessidade de internação hospitalar).

Em tempos da circulação de um vírus de fácil propagação e que também está associado a práticas higiênicas, o famoso e cultural hábito do “comer na rua”, ao realizar as refeições durante os fluxos e trajetos, também coloca em risco a saúde dos trabalhadores que se alimentam nos comércios de rua e dos que sobrevivem do comércio de alimentos de rua.

Os corpos periféricos se encontram em condição desumana por falta de recursos e de oportunidades (e de privilégios) de proteção contra as condições desiguais que a doença provoca nos lugares das ausências de aparatos públicos para combater as mazelas sociais. São as desigualdades desenvolvidas em outros tempos nas periferias e as ações/ausências que inserem ainda mais os corpos periféricos na situação de sobrevivência em meio a Covid-19 no país.

Desigualdades pretéritas e impostas na periferia: “Salve-se e proteja-se quem puder”

Ao apontar o modo como o vírus se dispersa no espaço, compreendemos que sua propagação é realizada de modo desigual em relação a sua velocidade e a sua forma introjetada nos territórios, assim como as ações para combatê-lo. Uma vez que apreendemos as disparidades existentes dentro uma mesma região, neste caso, a região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, apontamos que a cidade do Rio de Janeiro como centralidade deste recorte é beneficiada (a partir do quesito oportunidades),

mesmo diante de uma gestão problemática e de seus recortes internos de grande complexidade urbana, com as ações que colocam este em uma posição de privilégio ao combate da Covid-19, mesmo com as disparidades locais citadas anteriormente.

Nossa primeira análise acerca da desigualdade espacial se debruçará sobre a presença de equipamentos públicos (Hospitais e Hospitais de campanha com leitos de UTI disponíveis) que estão ativos para o amparo e combate das pessoas infectadas com a Covid-19 na Baixada Fluminense. O serviço de saúde encontrado na Baixada Fluminense é composto por 480 estabelecimentos de saúde ligados ao Sistema Único de Saúde (SUS) (sem diferenciar entre Unidades Básicas de Saúde, Unidade de Pronto Atendimento, Pronto Socorro, Clínicas da Família, Pronto Socorro e Hospitais) para atender a uma população que, segundo o IBGE Cidades, é de aproximadamente 3.416.461 habitantes. A partir desse mesmo levantamento, poderíamos apontar que cada estabelecimento atenderia, em média, 7.117 pessoas.

O que podemos concluir disso é que a relação população x estabelecimentos se mostra sobrecarregada, pois os leitos voltados à internação e recuperação de pacientes com Covid-19 é insuficiente e são ocupados por pacientes com outras doenças em seu estágio agravado, lembrando que a Baixada Fluminense conta com dois grandes Hospitais para o atendimento regional, o Hospital Municipal Doutor Moacyr Rodrigues do Carmo (Hospital Geral), em Duque de Caxias, e o Hospital Geral de Nova Iguaçu (Hospital da Posse), que são as principais referências de saúde emergencial.

Neste ensaio, compreendemos que os números da pandemia são dinâmicos e que a mudança no quadro de infectados e de mortalidade pode aumentar significativamente em vinte e quatro horas e, por isso, utilizamos como referência a data de quatro de junho de dois mil e vinte para elucidar a situação da Baixada Fluminense frente à pandemia, visto que, na região, na data citada, alcançam os 8241 infectados pelo vírus com o total de 898 mortes. Como podemos configurar um quadro de desigualdade? Se compararmos o número de leitos disponíveis na capital da metrópole (Rio de Janeiro) e na Baixada Fluminense, podemos elucidar com maior clareza a discrepância existente entre a metrópole e suas franjas.

Segundo o Ministério da Saúde, a proporção de leitos por habitante tem como referência 1/1000 (BRASIL,1982). De acordo com o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES, 2020) [99] o Estado do Rio de Janeiro dispunha de 1626 leitos de Unidades de Terapia Intensiva (UTI) para atender por volta de 16.718.956 de habitantes no ano de 2018. Refletindo que este quadro da estrutura da saúde não fora alterado no último biênio, temos a proporção entre a população da cidade do Rio de Janeiro e a da dos municípios da Baixada Fluminense, apontamos que a cidade do Rio de Janeiro é composta por 6.718.903 habitantes com o número de 257 estabelecimentos de saúde vinculados ao SUS, ou seja, em uma distribuição por unidade, cada qual deveria ser capaz de receber e atender aproximadamente 26.143 pessoas com o total de 26 leitos por unidade e especificamente 2,6 leitos de UTI.

TABELA 1: Distribuição dos estabelecimentos de saúde relacionado ao número de habitantes e a relação casos e mortes por COVID-19 na Baixada Fluminense.

Município	População	Estabelecimentos de saúde	Casos de COVID-19 (04/06/20)	Mortes por COVID-19 (04/06/20)
Belford Roxo	510.000	58	806	11
Duque de Caxias	919.000	82	1629	263
Guapimirim	60.000	11	277	22
Itaguaí	133.000	27	444	50
Japeri	104.768	15	112	10
Magé	245.071	78	714	95
Mesquita	176.103	19	529	64
Nova Iguaçu	821.128	104	1875	202
Nilópolis	162.485	21	357	41
Paracambi	52.257	27	218	13
Queimados	150.319	15	1087	15
Seropédica	82.312	23	193	12
Total	3.416.461	480	8241	898

Fonte: IBGE/Cidades (2020).

Se fomos apontar que, no momento de preparo deste ensaio, a cidade do Rio de Janeiro tinha 32.951 pessoas infectadas pelo vírus da Covid-19, a necessidade de leitos indicada pelo quantitativo do Ministério da Saúde, o número de UTI já é insuficiente com a demanda apresentada, pois a divisão de pessoas pelo número de estabelecimentos não compreende a diferença estrutural entre as unidades, sendo que a cidade tem 23 Hospitais (INSTITUTO PEREIRA PASSOS, 2020) em seu quadro de atendimento da população. Quando analisamos o quadro existente na Baixada Fluminense, é ainda mais assolador, uma vez que, como a proporção em comparação ao Rio é maior em números

de estabelecimentos, a questão central na Baixada Fluminense fica pautada na distribuição de grandes centros de alta capacidade de atendimentos ambulatorial ou emergencial, como citado anteriormente (Nova Iguaçu e Duque de Caxias).

Dentre as 12 cidades que compõem a região que denominamos Baixada Fluminense, sua população gira em torno de aproximadamente 3.416.461, população estimada, segundo a base de dados do IBGE (2019). Esta divisão aponta que tanto pela necessidade quanto pelas orientações do Ministério da Saúde, nesta amostragem, a composição seria de 7 leitos por unidade, sendo apenas um leito voltado à UTI.

Por que tal amostragem aponta para uma insuficiência estrutural diante desta pandemia que assola em nível global? Diante desse panorama, podemos suscitar que apesar do aparente número elevado de estabelecimentos de saúde, eles estão mal distribuídos no território, em razão de grande parte do atendimento ser primário, sendo, assim, incapaz de absorver/tratar dos pacientes com os sintomas iniciais da Covid-19. Além disso, os dois Hospitais de referência da região não suportam a fração que demanda o serviço público de saúde, seja pela pandemia, seja pelos demais casos de enfermidades ou patologias. Tal incapacidade se reflete no modo como os habitantes dos municípios distantes das franjas da cidade do Rio de Janeiro precisam recorrer a outras cidades ainda mais distantes (como a de Volta Redonda) para procurar atendimento.

O que se configura nesse momento é a necessidade latente de criação de estruturas que ajudem a combater o avanço acelerado da Covid-19 sobre a Baixada Fluminense, garantindo tratamento adequado, rápido e de qualidade para a população. Assim, os Hospitais de campanha representam estruturas que viabilizam o amplo tratamento diante deste quadro de pandemia.

Quais são os grandes embates postos hoje para esta região? Temos dois: o apontamento realizado pelos prefeitos locais apontando a necessidade de reabertura dos comércios (pequena, média e grande circulação) e o atraso na entrega dos Hospitais de campanha.

Primeiramente, nenhuma das duas maiores cidades situadas na Baixada Fluminense (Nova Iguaçu e Duque de Caxias) entregaram em tempo hábil os seus prometidos Hospitais de campanha, sendo suas inaugurações adiadas por mais de quatro

vezes (G1 NOTÍCIAS, 2020)¹⁶, considerando que, até a data de produção deste ensaio, não havia garantia acerca de tais entregas. Segundo, diante do aumento do número de casos em nível local, estadual e federal, algumas prefeituras lançaram planos de reabertura gradual. Mais uma vez os casos mais emblemáticos são os das cidades de Nova Iguaçu e Duque de Caxias, onde, apesar do panorama e da baixa ação oriunda dos gestores, no dia vinte e cinco de Maio de dois e vinte passaria a funcionar novamente (G1,2020) o comércio popular do Bairro Centro em Duque de Caxias e no dia quatro de Junho de dois mil e vinte passaria a funcionar o “Shopping a céu aberto” (AGÊNCIA BRASIL,2020) de Nova Iguaçu, com o controle, pasmem, do “Programa Iguaçu mais seguro”, onde a presença de consumidores e afins estaria limitada ao número de 5.328 nesse centro de comercial.

Nesse sentido, a lógica econômica ultrapassa a necessidade de se cuidar das vidas, apesar da compreensão da necessidade da renda, pois

os discursos legitimadores das práticas, as instituições estatais e privadas, as formas de regulação e controle dos corpos e do território, a gestão, apropriação e predação da natureza, enfim, uma série de elementos que não são redutíveis a escala econômica (RAMOS, 2003, p.19).

A forma irreduzível da qual as elites locais e a gestão municipal lidam com a necessidade de isolamento e de afastamento aponta qual direção é dada para a proteção da população da Baixada Fluminense, uma vez que a lógica econômica perpassa a experiência da vida mediante o quadro já rascunhado da desigualdade socioespacial nesse recorte disperso.

Essa dispersão se baseia no modo como se dá a lógica metropolitana de outrora que é posta no modelo da cidade central. Vide expansão a partir metrópole carioca, que concentra os empregos e a reprodução de imensa parcela do capital que atualmente está alocada em sua maior fatia no terceiro setor da economia (serviços), pois apesar da dinâmica existente entre as cidades da Baixada Fluminense e de seu forte potencial industrial disperso entre zonas e polos de Queimados, Paracambi, Nova Iguaçu e Duque de Caxias (nesta última, principalmente ligada à indústria do Petróleo e seus derivados).

¹⁶ No dia 01/06/2020 a situação ainda era de imprevisibilidade de inauguração do hospital de campanha. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/06/01/hospital-de-campanha-de-duque-de-caxias-que-tinha-previsao-de-inauguracao-nesta-segunda-ainda-esta-em-obras.ghtml>>. Acesso em 07 Jun. 2020.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) médio da região é de 0,707¹⁷, índice considerado alto segundo os padrões internacionais apresentados pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento), visto que é maior que o próprio IDH da Federação, que beira os 0,699. É fundamental relativizar tais valores, dado que não elucidam a real situação econômica, estrutural e principalmente do campo dos direitos, onde o desenvolvimento não se pauta, como aponta SOUZA (2013), numa lógica que visa “uma transformação para melhor das relações sociais e do espaço, propiciadora de melhor qualidade de vida e justiça social”, mas em uma lógica que beneficia apenas uma parcela desta população.

Assim, se a desigualdade é um retrato deste modelo, uma pandemia tende a deixar ainda mais evidente tal desequilíbrio e injustiça social, seja pelo controle inapropriado dos corpos e de suas experiências urbanas, seja pela incapacidade de se ter acesso ao mínimo necessário para dar sequência a vida, uma vez que

a injustiça social se refere a desigualdades entre indivíduos e grupos que possam ser consideradas como ilegítimas ou questionáveis do ponto de vista moral, refiram-se elas a assimetrias e disparidades na distribuição da riqueza material, na possibilidade de participar dos processos decisórios ou no reconhecimento da dignidade e do valor humano; portanto, a busca por justiça social diz respeito a uma busca por igualdade (no sentido de **igualdade efetiva de oportunidades**, o que nada tem a ver com uniformidade de modos de vida ou homogeneidade de gostos)(SOUZA,2013,p.264; grifo do autor).

Para além das efetivas oportunidades, é relevante salientar a necessidade de se revelar as possibilidades latentes e como essa se configura diante das emergências, utilizando a ausência e a potência como forças motriz da transformação, não para o melhor (evitando cair na armadilha centralizada pelo do termo desenvolvimento) diante do vazio da explicação deste conceito, mas direcionando o ordenamento territorial para uma lógica humanizadora dos sujeitos e de suas necessidades, que diante deste pandemia “Não será “só” o desemprego, a incapacidade de gerar a própria subsistência, o grande choque. Será, também, a demarcação entre quem vive e quem morre, quem tem como e onde se “proteger” e quem simplesmente não tem” (RAMOS, 2020, p.07).

¹⁷ Levantamento realizado pelo IBGE/Cidades. Disponível em: <<https://:cidades.ibge.gov.br>> Acesso em 09 Jun.2020.

Ao final, o que denominamos corpo nulo, ainda nesse momento de pleno avanço da Covid-19, se encontra no campo da invisibilidade, esperando que a ação de terceiros (aqui centralizada na figura do Estado) lhe possibilitem existência, pois compreendemos que a desigualdade acentua os efeitos da pandemia sobre esses corpos periféricos. Por isso, só podemos recomendar... Salve-se e proteja-se quem puder.

Considerações Finais

167

Por linhas finais e gerais, podemos dizer que este ensaio possui caráter propositivo e expositor de debates sobre as questões que perpassam pelas ditas periferias da Baixada Fluminense e a Covid-19 no país. Referida busca, reiteramos, foi bem limitada pelas informações que podemos acessar recorrendo ao uso da escala Baixada Fluminense e sobre a Covid-19 (onde ainda não há um vasto campo de comprovações sobre a mesma).

Em meio aos desafios de se pesquisar uma questão que está tão em voga no espaço-tempo presente e que vem afetado abruptamente as periferias e os corpos periféricos que compõem a dinâmica cotidiana dos lugares, podemos apontar importantes elementos que estão relacionados ao vírus da Covid-19 nas periferias.

Como já não bastasse todo descaso, intencional, na realização das políticas públicas na Baixada Fluminense, que estabeleceram profundas searas que cercaram a população de ter direitos fundamentais para sobrevivência, surge um novo desafio com a Covid-19 que nos faz refletir se conseguiremos sobreviver com recursos mínimos que nos foram ofertados e será ofertado (enquanto possibilidade) no presente momento.

A resposta nos parece óbvia, mas, ao respondê-la, retiramos de nós a esperança e a responsabilidade, e até culpabilização, dos governantes de providenciar, em caráter emergencial e constante, os meios necessários à manutenção da vida com dignidade. Vidas, estas, que possui o atributo, espacial, social, periférico; que se encontra em grande parte enquanto classe trabalhadora e vulnerável, e que é composta expressivamente por mulheres e homens negros que buscam sobreviver em meio as condições adversas nos territórios periféricos.

Porém, é válido questionarmos que tipo de normalidade que queremos voltar e vamos planejar para as periferias em um pós-pandemia. Será ainda a normalidade perversamente intencional das ausências e negligências para os corpos periféricos? Ou será voltado para as periferias novas e outras alternativas para irmos além da ideia de sobreviver?

Referências Bibliográficas

- BRASIL. *Ministério da Previdência e Assistência Social. Portaria nº 3.046 de 20 de Julho de 1982*. Estabelece os parâmetros para credenciamento, contratos e convênios na área da assistência médica da Previdência Social. 3.ed. Brasília: Coordenadoria de Comunicação Social./MPAS, 1983.
- AGÊNCIA BRASIL. *IBGE: 50 milhões de brasileiros vivem na linha de pobreza (2017)*. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2017-12/ibge-brasil-tem-14-de-sua-populacao-vivendo-na-linha-de-pobreza>>. Acesso: 01 Jun. 2020.
- _____. *IBGE: Negros são 17% dos mais ricos e três dos quatro da população mais pobre (2016)*. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-12/ibge-negros-sao-17-dos-mais-ricos-e-tres-quartos-da-populacao-mais-pobre>>. Acesso em: 11 Jun. 2020.
- _____. *Nova Iguacu divulga plano de retomada do comercio*. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2020-06/nova-iguacu-divulga-plano-de-retomada-comercio>>. Acesso em 04 Jun de 2020.
- ANTUNES, Ricardo. *O caracol e a sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho*. São Paulo: Editora: Boitempo: 2005.
- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. Disponível em: <<https://auxilio.caixa.gov.br/#/inicio>>. Acesso em 31 Maio. 2020.
- CASA FLUMINENSE. *Mapa das pessoas que trabalham sem registro formal (2017)*. Disponível em: <<https://casafluminense.org.br/wp-content/uploads/2017/05/Mapa-4-%E2%80%93-Pessoas-que-trabalham-sem-registro-formal-1.jpg>>. Acesso: 03 jun. 2020.
- CORREIO BRASILIENSE. *Letalidade do novo coronavírus é maior entre negros e pardos*. Disponível em: <<https://www.correiofaziliense.com.br/app/noticia/brasil,843753/letalidade-do-novo-coronavirus-e-maior-maior-entre-negros-e-pardos-aponta-s.shtml>>. Acesso em 09 Jun. 2020.
- DAVIS, Mike. A crise do coronavírus é um mostro alimentado pelo capitalismo. In. DAVIS, Mike. *Et al.: Coronavírus e a luta de classes*. Terra sem Amos: Brasil, 2020. pp. 05-11.

- FARIAS, Heitor. *A contínua dispersão da Covid-19 na Baixada Fluminense*. Por que decidiram flexibilizar o isolamento. Mais informações disponível em: <<https://www.ppgihd-open-lab.com/post/na-baixada-a-maioria-dos-infectados-com-covid-19-s%C3%A3o-adultos-trabalhadores>>. Acesso em: 02 Jun. 2020.
- FIOCRUZ. Disponível em: <<https://portal.fiocruz.br>>. Acesso em: 01 Jun. 2020.
- G1 NOTÍCIAS. *Auxílio emergencial*: de 969 milhões de cadastros processados pela dataprev, 50,5 milhões foram aprovados. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/05/01/auxilio-emergencial-de-969-milhoes-de-cadastros-processados-pela-dataprev-505-milhoes-foram-aprovados.ghtml>>. Acesso em 01 Jun. 2020.
- INSTITUTO PEREIRA PASSOS. Disponível em: <http://www.data.rio/>>. Acesso em: 04 Jun. 2020.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 04 jun de 2020.
- _____. Número de leitos de UTI no Brasil no ano de 2018. Disponível em: <<https://portal.cfm.org.br/images/PDF/leitoseduti2018.pdf>>. Acesso em: 04 Jun. de 2020.
- HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do " fim dos territórios" à multiterritorialidade*. Bertrand Brasil, 2012.
- HARVEY, David. *Neoliberalismo: histórias e implicações*. LOYOLA: São Paulo, 2005.
- _____. Política anticapitalista em tempos de Covid-19. In. DAVIS, Mike. *Et al.: Coronavírus e a luta de classes*. Terra sem Amos: Brasil, 2020. pp. 13-23.
- MARTÍNEZ, Alfredo Corcova; ALVAREZ-MON, Melchor. *O sistema imunológico* (I): Conceitos gerais, adaptação ao exercício físico e implicações clínicas. *Revista Brasileira de Medicina do Esporte* vol.5 no.3 Niterói May/June 1999. pp. 1-9.
- MBEMBE, Achille. Necropolítica. *Revista da Pós-graduação de Arte Visuais (Arte e Ensaios)*. Rio de Janeiro. v. ?. n. 32, dezembro. 2016. pp. 123-151. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993/7169>>. Acesso: 22 Mai. 2020.
- RAMOS, Tatiana Tramontani. *A geografia dos conflitos sociais da América Latina e Caribe*. Informe final del concurso: Movimientos sociales y nuevos conflictos en América Latina y El Caribe. Programa Regional de Becas CLACSO, 2003.
- _____. *Pandemia é pandemia em qualquer lugar – vivendo a crise da Covid-19 de fora dos grandes centros*. *Revista Espaço e Economia* [Online], 18 | 2020, posto online no dia 17 abril 2020. Acesso em: 02 jun 2020.
- RIBEIRO JÚNIOR, José Raimundo Sousa. *Alienação das práticas alimentares e urbanização: uma análise da alimentação da classe trabalhadora em São Paulo*. 2015. 244f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
- ROCHA, André. *Na Baixada, a maioria dos infectados com covid-19 são adultos trabalhadores*. Disponível em: <<https://www.ppgihd-open-lab.com/post/na-baixada-a-maioria-dos-infectados-com-covid-19-s%C3%A3o-adultos-trabalhadores>>. Acesso em: 02 Jun. 2020.
- SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 22ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2012.
- _____. *O espaço do cidadão*. 7ª ed. São Paulo: Edusp, 2014.

- SILVA, Marcio Rufino. O corpo e o valor: formas desdobradas da contenção no escopo metropolitano. SIMPÓSIO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA URBANA, XV., 2017, Salvador, *Anais...* Salvador: EDUFBA. pp. 1-21.
- SOUZA, Flávia da Silva. *O aprofundamento de desigualdades no espaço do trabalhador a partir do Programa “Minha Casa Minha Vida” no Município de Nova Iguaçu-RJ*. 2019. 142f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2019.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial*. Bertrand Brasil. 2013.